

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (IM) AUGUSTO CÉZAR ARAUJO DOS SANTOS

GUERRA CIVIL NA SÍRIA:

interesses dos Estados Unidos da América e da Rússia à luz da teoria do realismo ofensivo.

Rio de Janeiro

2018

CC (IM) AUGUSTO CÉZAR ARAUJO DOS SANTOS

GUERRA CIVIL NA SÍRIA:

interesses dos Estados Unidos da América e da Rússia à luz da teoria do realismo ofensivo.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador:CMG (RM-1) Archimedes Francisco Delgado

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus, por ter me concedido saúde, força e disposição para fazer o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS). Sem Ele, nada disso seria possível. Também sou grato ao Senhor por ter dado saúde aos meus familiares e tranquilizado o meu espírito nos momentos difíceis de minha caminhada.

A esta Escola e a toda sua direção, eu deixo meu agradecimento por todo ambiente inspirador e pela oportunidade de fazer este curso.

A meu orientador, Capitão de Mar e Guerra Delgado, pela sua disponibilidade e pelo acompanhamento exercido durante a execução do trabalho.

Ao meu amigo de Turma, Capitão de Corveta (FN) Hélio, pela ajuda na elaboração deste trabalho.

À minha família, em especial a meus pais e a minha esposa, Amanda. Eu quero que saibam que reconheço tudo o que fizeram por mim, a força que inculcaram no meu pensamento para não desistir e o conforto de saber que nunca estarei só e serei sempre capaz de tudo por maiores que sejam as dificuldades.

E a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha vida acadêmica, o meu muito obrigado!

RESUMO

Iniciada em 2011, em meio ao contexto da Primavera Árabe, a guerra civil na Síria tem sua origem relacionada a fatores históricos, políticos, econômicos e sociais. Começou como um levante pacífico contra o presidente Bashar al-Assad e se converteu em um conflito brutal e sangrento, que não apenas afeta a população local, mas arrasta diversos atores regionais e internacionais, trazendo maior complexidade para este cenário. Dentre esses atores, destacam-se os Estados Unidos da América e a Rússia, que possuem diversos interesses na região do Oriente Médio e atuam em lados opostos nessa contenda. O objetivo deste trabalho é verificar se os interesses dos Estados Unidos da América e da Rússia, na guerra civil na Síria, estão de acordo com a teoria do realismo ofensivo, que defende que as grandes potências estão sempre em busca de oportunidades para conquistarem mais poder do que seus rivais, tendo a hegemonia como sua meta final. Após realizar as análises pertinentes para a questão proposta, chegou-se a conclusão de que os interesses estadunidenses e russos ocorreram de acordo com a teoria selecionada.

Palavras-chave: Realismo ofensivo. Interesses. Guerra civil na Síria. Estados Unidos da América. Rússia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – As principais teorias realistas.....	12
Figura 1 – Mapa político da Síria.....	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSONU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

EI – Estado Islâmico

EUA – Estados Unidos da América

ISIS – *Islamic State of Iraq and Syria*

PKK – *Partiya Karkerên Kurdistan*

PYD – *Partiya Yekitiya Demokrat*

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

RI – Relações Internacionais

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 TEORIA DO REALISMO OFENSIVO	10
2.1 Principais teorias do pensamento realista	11
2.2 Principais conceitos do realismo ofensivo	13
3 SÍRIA: CONTEXTO INTERNO E FATORES HISTÓRICOS	19
3.1 Aspectos geográficos, econômicos e sociais	19
3.2 Da Primeira Guerra Mundial ao governo da família al-Assad	22
3.3 O regime da família al-Assad	24
3.4 A Primavera Árabe	26
3.5 O conflito e seus principais atores	27
3.5.1 Aliados do regime de Bashar al-Assad	28
3.5.2 Inimigos do regime de Bashar al-Assad	29
4 OS INTERESSES DOS ATORES GLOBAIS NO CONFLITO DA SÍRIA	32
4.1 Interesses estadunidenses	33
4.2 Interesses russos	38
5 CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

A Síria é um país situado no Oriente Médio, na junção dos continentes europeu, asiático e africano. Este posicionamento lhe confere uma vantagem estratégica e econômica importante, por ser um ponto de ligação entre o Oriente e o Ocidente, permitindo a Ásia uma saída para o Mediterrâneo. Além disso, possui uma população que apresenta uma grande diversidade étnica e religiosa, o que tem motivado uma intensa disputa pelo poder entre essas diferentes etnias.

Historicamente, a Síria fazia parte do Império Turco-Otomano, e, com a sua queda, no pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918), passou para o controle da França, até obter sua independência em 1946. Após sua independência, o país viveu um período de instabilidade política, com diversos golpes de Estado. Em 1970, Hafez al-Assad (1930-2000) assumiu o poder e, a partir de então, estabeleceu uma ditadura, que perdura até os dias atuais, com seu filho Bashar al-Assad.

Em 2011, diversos protestos e manifestações populares eclodiram contra governos do mundo árabe, motivados pela crise econômica e pela falta de democracia. Na Síria, não foi diferente: os protestos foram duramente reprimidos pelo governo de Bashar al-Assad. Com o aumento das hostilidades entre o governo e a população, as manifestações se transformaram em uma guerra civil.

Devido às dimensões atingidas pela guerra, à relevância geopolítica da Síria e aos diversos interesses envolvidos, um grande número de atores, estatais e não estatais, acabou se envolvendo no conflito. Nesse contexto, destacaram-se duas grandes potências: Estados Unidos da América (EUA) e Rússia, que, a partir de então, passaram a intervir direta ou indiretamente nessa região, visando atingir seus objetivos.

Dessa forma, o propósito desta pesquisa é analisar a guerra civil na Síria, no período de 2011 a 2016, e responder à seguinte questão:

Os interesses estadunidenses e russos, na guerra civil na Síria, ocorreram de

acordo com a teoria do realismo ofensivo de Mearsheimer?

O período escolhido compreende do início do conflito até o final do mandato presidencial de Barack Obama, pois, com a eleição de Donald Trump, ocorrem mudanças na política externa estadunidense.

Será assumida a hipótese de que os interesses estadunidenses e russos, na guerra civil na Síria, ocorreram de acordo com a teoria escolhida.

Essa pesquisa tem relevância para o meio acadêmico interessado no estudo de Relações Internacionais (RI), particularmente para os estudiosos da teoria do realismo ofensivo, tendo em vista que utiliza um caso real para exemplificar a aplicação dos conceitos dessa teoria.

O desenho de pesquisa a ser utilizado será o do confronto entre teoria e realidade, em que a teoria de Mearsheimer será confrontada com os interesses dos EUA e os da Rússia na guerra civil na Síria.

A teoria a ser utilizada no estudo é a do realismo ofensivo de Mearsheimer, publicada no livro “A Tragédia da Política das Grandes Potências” (2001). Em sua teoria, o autor considera que os Estados não estão satisfeitos com uma determinada quantidade de poder, e que, por isso, buscam a hegemonia, ou seja, a maximização de sua parcela de poder no mundo, para garantir sua segurança e sobrevivência.

O conteúdo deste trabalho será distribuído em cinco capítulos, sendo este capítulo destinado à introdução, com o fito de contextualizar o leitor sobre qual é o propósito da pesquisa.

No segundo capítulo será realizado um estudo da teoria do realismo ofensivo de Mearsheimer, que servirá de subsídio para responder à questão da pesquisa.

No terceiro capítulo será efetuada uma análise do contexto interno e dos fatores históricos da Síria, desde o final da Primeira Guerra Mundial até a eclosão do conflito civil, passando pelo regime da família al-Assad e pela Primavera Árabe.

No quarto capítulo serão examinados os diversos interesses dos EUA e da Rússia na guerra civil da Síria; e, finalmente, o quinto capítulo será dedicado às análises e conclusões, bem como aos resultados que foram obtidos com a pesquisa.

2 TEORIA DO REALISMO OFENSIVO

O objetivo deste capítulo é analisar a teoria do realismo ofensivo, desenvolvida por John J. Mearsheimer, em sua obra “A Tragédia da Política das Grandes Potências.” Sendo assim, este capítulo está estruturado em duas seções: a primeira, apresentará as teorias do pensamento realista segundo a ótica de Mearsheimer; e a segunda, analisará os principais conceitos da teoria do realismo ofensivo que servirão de subsídio para desenvolver o objeto da pesquisa.

De acordo com Marinho (2008), o estudo das RI tem sido apresentado por meio de várias correntes teóricas que analisam os acontecimentos internacionais e que passam a ganhar importância no meio acadêmico no início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, dadas as dimensões deste conflito, que envolveu as grandes potências europeias da época. Ainda segundo Marinho (2008), duas correntes teóricas se destacam no estudo das RI: a liberal, baseada no pensamento pacifista; e a realista, que tem por princípio a disputa de poder pelos Estados no cenário internacional. Interligadas a estas duas teorias, surgem várias outras visando explicar os acontecimentos internacionais por meio de análises complementares.

Este trabalho se restringirá ao estudo da teoria realista, em detrimento das demais existentes. Dessa forma, visando a um melhor entendimento do realismo, serão analisadas algumas de suas características.

Para Jackson e Sørensen (2003), as seguintes ideias e premissas básicas orientam o pensamento realista da maior parte dos teóricos de RI: o pessimismo com relação à natureza humana; a certeza de que as RI são conflituosas e os conflitos internacionais são resolvidos por meio da guerra; a segurança nacional e a sobrevivência estatal; e o progresso na política internacional tem de ser avaliado de forma distinta da política doméstica.

Com relação à política externa, Jackson e Sørensen (2003) afirmam que o objetivo principal do realismo é a projeção e defesa dos interesses estatais na política mundial e que,

entre os Estados, existe uma hierarquia internacional de poder em que os mais importantes são denominados de grandes potências, as quais lutam por domínio e segurança em suas relações internacionais.

A próxima seção apresentará as teorias realistas, com destaque para o realismo ofensivo, objeto de estudo deste trabalho.

2.1 Principais teorias do pensamento realista

Existem diversas correntes do pensamento realista nas publicações de RI, no entanto, a empregada nesta seção será a apresentada por Mearsheimer (2001), que divide as principais teorias realistas em três grupos: o realismo clássico, também designado por realismo de natureza humana; o realismo defensivo; e o realismo ofensivo, conforme demonstrado no Quadro 1, a seguir.

O que diferencia as três teorias é a resposta que cada uma oferece às perguntas: o que leva os Estados a competir por poder? E quanto poder desejam os Estados?

QUADRO 1
As principais teorias realistas

	Realismo Clássico	Realismo Defensivo	Realismo Ofensivo
O que leva os Estados a competir por poder?	Desejo por poder inerente aos Estados	Estrutura do sistema	Estrutura do sistema
Quanto poder os Estados buscam?	Tudo o que eles podem ter. Estados maximizam poder relativo, sendo hegemonia seu objetivo final.	Não muito mais do que eles têm. Estados se concentram em manter a balança de poder.	Tudo o que eles podem ter. Estados maximizam poder relativo, sendo hegemonia seu objetivo final.

Fonte: MEARSHEIMER, 2001, p. 37.

No que concerne ao realismo clássico, destaca-se Hans Morgenthau (1904-1980), que expõe sua teoria na obra *Politic among Nations*. Esta teoria do realismo se fundamenta na ideia de que os Estados são conduzidos por pessoas que desejam o poder, a que Morgenthau

denomina de ânsia ilimitada de poder, o que significa que os Estados buscam, de forma permanente, ser ofensivos e obter o domínio dos demais Estados. Esta é a principal força do sistema internacional, que impele os Estados a competir por poder. Dessa forma, para Morgenthau, a causa primordial do conflito no sistema internacional é a vontade de poder dos seres humanos, refletindo-se nos Estados, tornando-os maximizadores de poder (MEARSHEIMER, 2001).

Em relação ao realismo defensivo, destaca-se Kenneth Waltz (1924-2013), autor da obra *Theory of International Politics*. Para o realismo defensivo, a estrutura do sistema internacional exerce influência para que os Estados se preocupem com o equilíbrio de poder. Isso significa dizer que a competição por poder não se origina mais da vontade de poder do homem, mas da própria estrutura do sistema, caracterizada pela anarquia internacional. A anarquia força os Estados a buscarem meios próprios para garantir sua sobrevivência e, conseqüentemente, leva-os a competirem entre si pelo poder (MEARSHEIMER, 2001).

Finalmente, com relação ao realismo ofensivo, Mearsheimer (2001) o considera uma teoria estruturalista, assim como o realismo defensivo, pois dá ênfase à estrutura do sistema, em vez da natureza humana, como fator determinante para a política internacional. Além disso, da mesma forma que o realismo defensivo, considera que os Estados se preocupam primordialmente com a sobrevivência.

Apesar da existência de semelhanças entre o realismo ofensivo e o realismo defensivo, pode-se constatar uma diferença importante entre essas duas teorias:

O realismo ofensivo separa-se do realismo defensivo quando se chega a questão de saber quanto poder desejam os Estados. Para os realistas defensivos, a estrutura internacional gera poucos incentivos para os Estados procurarem obter incrementos de poder; em vez disso, força-os a manter o equilíbrio de poder existente. Preservar o poder, em vez de o aumentar, é o principal objetivo dos Estados. Os realistas ofensivos, por seu lado, estão convencidos de que raramente se encontram potências situacionistas na política mundial, visto que o sistema internacional gera poderosos incentivos para os Estados procurarem oportunidades para conquistar poder à custa de rivais e para se aproveitarem das situações em que os benefícios ultrapassam os custos. O fim último do Estado é ser o *hegemon*¹ do sistema (MEARSHEIMER, 2001, p. 36).

¹ *Hegemon*: é um Estado que é tão poderoso que domina os demais Estados do sistema. Nenhum outro detém a capacidade militar de travar uma luta séria contra ele; assim, um *hegemon* é considerado a única grande potência do sistema (MEARSHEIMER, 2001).

Resumindo, o que diferencia o realismo defensivo do ofensivo é a maneira como a estrutura do sistema age sobre o comportamento dos Estados. Para o primeiro, os Estados são compelidos a agir defensivamente, mantendo o equilíbrio de poder existente; para o segundo, os Estados são motivados a agir ofensivamente, de forma a aumentar sua parcela de poder e tornar-se o *hegemon* do sistema.

Cabe destacar, ainda, conforme o Quadro 1, uma semelhança entre o realismo clássico e o realismo ofensivo: ambos admitem que os Estados são maximizadores de poder, tendo a hegemonia como seu objetivo final. O primeiro, devido à natureza humana; o segundo, pela estrutura anárquica do sistema.

Na próxima seção, serão analisados os principais conceitos do realismo ofensivo, visando melhor compreender a teoria e, posteriormente, relacioná-la com os interesses das grandes potências envolvidas na guerra civil na Síria.

2.2 Principais conceitos do realismo ofensivo

Nesta seção, o objetivo é explicar a teoria e seus principais conceitos. Esta tarefa será realizada em três etapas: a primeira apresentará as cinco hipóteses que levam as grandes potências a competir pelo poder e a buscar a hegemonia; a segunda descreverá os padrões gerais de comportamento das grandes potências; e a terceira e última etapa discorrerá sobre a maximização do poder.

A ideia principal do realismo ofensivo, segundo Mearsheimer (2001), consiste na constante competição pelo poder por parte das grandes potências, com o objetivo de maximizar sua quota de poder mundial e transformar-se na única grande potência do sistema, ou seja, o Estado hegemônico. A razão pela qual existe tal competição, reside na estrutura anárquica do sistema internacional.

Mearsheimer (2001) propõe cinco hipóteses básicas para defender a ideia, sendo elas:

- a) anarquia do sistema internacional;
- b) capacidade militar;
- c) incerteza das intenções dos Estados;
- d) sobrevivência;
- e) racionalidade.

A primeira hipótese afirma que o sistema internacional é anárquico, o que significa dizer que é composto por Estados independentes, sem um governo acima deles que possa aplicar meios repressivos para garantir a ordem (MEARSHEIMER, 2001).

A segunda hipótese é representada pela capacidade militar, que afirma que as grandes potências possuem, inevitavelmente, capacidade militar ofensiva, o que as torna ameaça potencial às demais (MEARSHEIMER, 2001).

A terceira hipótese diz respeito à incerteza das intenções dos Estados, o que significa dizer que nunca se sabe exatamente quais são as suas intenções. Dessa forma, conclui-se que um Estado nunca pode ter certeza se outro utilizará seu poder ofensivo para atacá-lo (MEARSHEIMER, 2001).

A quarta hipótese estabelece que o propósito principal das grandes potências é a sobrevivência, pois, caso um Estado seja dominado, dificilmente estará em condições de perseguir seus objetivos e, por isto, sobreviver se torna prioritário. Dessa forma, é essencial manter a integridade territorial e a autonomia da sua política interna (MEARSHEIMER, 2001).

A quinta e última hipótese estabelece que as grandes potências agem de forma racional. Possuem consciência do seu ambiente externo e pensam de forma estratégica sobre como nele sobreviverem. Avaliam como o comportamento dos outros Estados afetará a sua sobrevivência, bem como seu comportamento poderá afetar o comportamento deles (MEARSHEIMER, 2001).

Mearsheimer (2001) destaca que as hipóteses, se tomadas individualmente, como

regra, não fazem com que as grandes potências se comportem de forma agressiva, porém, quando as cinco hipóteses se combinam, geram estímulos para que as grandes potências atuem ofensivamente umas em relação às outras. Essa agressividade resulta em três padrões de comportamento para as grandes potências: medo, autoajuda e maximização de poder, os quais serão examinados a seguir.

Efetuada a análise a partir da ótica de um Estado, se os demais Estados possuem poder militar, todos eles constituem potenciais inimigos, pois detém a capacidade de efetuar um ataque mútuo. Além disso, não há instância à qual se possa pedir ajuda em caso de agressão, o que resultará em medo e desconfiança, pois qualquer Estado pode tomar a ofensiva em benefício próprio, à custa dos outros. Dessa forma, as grandes potências vivem em constante medo (MEARSHEIMER, 2001).

Como os Estados constituem ameaças potenciais uns aos outros, aliado ao fato da inexistência de uma autoridade superior a quem recorrer no caso de agressão, isso faz com que eles tenham que garantir sua segurança por meios próprios. Dessa forma, quando um Estado está em perigo, ele só pode contar consigo mesmo para prover a sua própria sobrevivência, e, se não ajudar a si mesmo, não conseguirá sobreviver nem prosperar. No entanto, a autoajuda não impossibilita os Estados de formarem alianças, as quais tendem a ser temporárias, pois o aliado de hoje pode ser o inimigo de amanhã, e vice-versa (MEARSHEIMER, 2001).

Como os Estados precisam agir por conta própria, Mearsheimer (2001) afirma que se tornar o Estado mais poderoso do sistema é a melhor maneira de garantir a sobrevivência. Dessa forma, os Estados visam maximizar sua quota de poder mundial, pois, além de tornar o Estado mais poderoso com relação a seus rivais potenciais, minimiza as chances de ataque e ameaça à sua sobrevivência.

Os Estados se preocupam, principalmente, com ganho de poder relativo. Se um Estado se torna mais poderoso e seus rivais também, não fará diferença, pois não há ganho de

poder relativo. Dessa forma, não basta apenas ganhar poder, mas, sim, ganhar poder em relação aos seus oponentes (MEARSHEIMER, 2001).

O último conceito a ser tratado nesta seção é com relação à questão que diz respeito à maximização do poder.

Mearsheimer (2001) afirma que, na política internacional, o poder é fundamentalmente o resultado das forças militares de um Estado, e baseia-se nas capacidades materiais que o mesmo possui, como, por exemplo, divisões blindadas e armas nucleares. Mearsheimer (2001) distingue o poder potencial e o poder real:

O poder potencial de um Estado tem por base a dimensão de sua população e o nível da sua riqueza. Estes dois ativos são os principais alicerces do poder militar. Rivais ricos com grandes populações são geralmente capazes de construir forças militares temíveis. O poder real de um Estado assenta-se fundamentalmente no seu exército e nas forças aéreas e navais que o apoiam diretamente. Os exércitos são o ingrediente central do poder militar, uma vez que constituem o principal instrumento de conquista e domínio de território (MEARSHEIMER, 2001, p. 56).

Dessa forma, observa-se que, para um Estado possuir um poder militar expressivo, é necessário possuir uma economia forte o suficiente para adquirir armas e tecnologias avançadas, bem como uma grande população que possibilite ser recrutada, tendo em vista que grandes potências demandam grandes exércitos.

Para Mearsheimer (2001), as grandes potências estão sempre se rivalizando pelo poder e lutando pela hegemonia, o que possibilitará garantir a sua sobrevivência. Dessa forma, os Estados são encorajados pelo sistema internacional a buscarem aumentar sua parcela de poder frente aos demais Estados.

Assim, os Estados percebem que a melhor maneira para sobreviver é se tornar o *hegemon* do sistema, pois, quanto mais poder este mantiver em relação aos seus possíveis oponentes, menor a probabilidade de um ataque inimigo ou de ameaças à sua sobrevivência (MEARSHEIMER, 2001).

Os Estados mais fracos evitarão entrar em conflito com Estados mais fortes, devido à maior probabilidade de serem derrotados militarmente.

A disputa por poder por parte das grandes potências gera um receio mútuo entre

elas, sendo este um aspecto importante no sistema internacional, tendo em vista que o nível de medo entre as mesmas é função da intensidade da sua competição por segurança, bem como da probabilidade de entrarem em guerra. Quanto maior o medo, maior a competição e mais provável a guerra. O medo entre as grandes potências está relacionado à capacidade militar ofensiva que podem usar entre si, e à insegurança de que os outros Estados não tencionam utilizar esse poder contra elas (MEARSHEIMER, 2001).

Mearsheimer (2001) assevera que as grandes potências buscam continuamente oportunidades para obter mais poder, mesmo quando adquirem vantagem militar sobre seus rivais, só interrompendo esta busca por poder quando alcançam a hegemonia, e, mesmo no caso de uma grande potência não ter os meios necessários para se tornar o *hegemon*, ainda assim agirá de forma ofensiva, visando acumular o máximo de poder, pois os Estados quase sempre ficam em melhor posição quando dispõem de mais poder.

Uma forma de aumentar o poder por parte das grandes potências seria maximizando sua parcela de riqueza no mundo, pois, uma economia forte, além de melhorar o bem-estar da população, também permite adquirir superioridade militar sobre seus oponentes. Dessa forma, as grandes potências tentam dominar as áreas geradoras de riqueza pelo mundo, ou impedir que as mesmas caiam sob o domínio de uma potência rival (MEARSHEIMER, 2001).

Com relação à hegemonia, Mearsheimer (2001) classifica os Estados em dois tipos: os hegemônicos globais, que são aqueles que dominam o mundo inteiro; e os hegemônicos regionais, que são aqueles que dominam regiões específicas, como, por exemplo, a Europa ou o Nordeste Asiático. Para Mearsheimer (2001), é bastante improvável que um Estado consiga a hegemonia global, em função do poder bloqueador dos oceanos, que impediriam a projeção de poder no território do Estado rival.

No entanto, de acordo com Mearsheimer (2001), seria possível para uma grande potência se tornar um *hegemon* regional e, possivelmente, controlar outra região. Os Estados,

ao atingirem a hegemonia regional, procuram obstar as grandes potências de se tornarem *hegemons* regionais em outras regiões. Como exemplo, pode-se citar o papel de contenção dos EUA com relação à extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), quando esta buscava conquistar a supremacia regional. O motivo dessa contenção, por parte do *hegemon* regional, é em função do temor que possui com relação ao Estado hegemônico em ascensão dominar a sua própria região e vir a se tornar um inimigo poderoso e causador de problemas na área de influência do *hegemon* regional.

Assim, a posição desejada por qualquer grande potência é ser o único *hegemon* regional do mundo e manter esta posição. Mas, caso venha a ser confrontada por um adversário de mesmo porte, deverá fazer o possível para enfraquecer e até mesmo destruir o seu rival, o que criaria uma competição de segurança entre eles (MEARSHEIMER, 2001).

A teoria apresentada teve como objetivo demonstrar o que leva as grandes potências a pensar e agir de forma ofensiva e a maximizar a sua parcela de poder, de forma a se tornar o *hegemon* do sistema.

O próximo capítulo efetuará uma análise da Síria com ênfase no seu contexto interno e nos fatores históricos que propiciaram a eclosão do conflito.

3 SÍRIA: CONTEXTO INTERNO E FATORES HISTÓRICOS

Neste capítulo, será efetuada uma análise dos principais motivos que possibilitaram o surgimento de uma guerra civil na Síria, destacando-se: as suas características geográficas e econômicas; a diversidade étnico-religiosa; o domínio francês após a queda do Império Turco-Otomano; a insatisfação popular com o governo da família Assad; a Primavera Árabe²; o surgimento de grupos opositores ao governo de Bashar al-Assad; e a resposta violenta do governo contra estes grupos, que culminou no início do conflito e no aumento da instabilidade na região do Oriente Médio. Com a eclosão do conflito, outros atores entraram em cena, como aliados ou opositores do regime de Assad, destacando-se duas grandes potências: EUA e Rússia, cujos interesses serão analisados com mais profundidade no próximo capítulo.

3.1 Aspectos geográficos, econômicos e sociais

Inicialmente, serão analisados os aspectos geográficos, econômicos e sociais da Síria, visando a um melhor entendimento do contexto interno do país, bem como ao seu relacionamento com o conflito.

A Síria está localizada no Oriente Médio, na costa leste do mar Mediterrâneo, no extremo sudoeste do continente asiático. Faz fronteira ao norte com a Turquia, a leste e a sudeste com o Iraque, ao sul com a Jordânia, a sudoeste com Israel e Líbano e a oeste com o mar Mediterrâneo, como pode ser observado na Figura 1. Seu posicionamento na junção dos continentes asiático, europeu e africano confere ao país uma localização estratégica importante, sendo um ponto de ligação entre o Oriente e o Ocidente, permitindo à Ásia uma saída para o Mediterrâneo.

² Primavera Árabe: foi a denominação dada à onda de protestos e revoltas populares ocorridas contra governos em países árabes (OLIC; CANEPA, 2012).



FIGURA 1 – Mapa político da Síria
Fonte: IBGE, 2015.

Seu território possui algumas regiões montanhosas e desérticas e uma zona de estepes semiáridas que cobrem mais de três quartos do país, o que permite que mais terras possam ser usadas na agricultura, em comparação com outros países da região (VISENTINI, 2014).

Do ponto de vista geopolítico, a localização da Síria é extremamente sensível, pois

É um ponto chave no controle do poder terrestre na região, faz fronteira com a Turquia, o Iraque, o Líbano, a Jordânia e Israel, países que partilham questões altamente complexas e delicadas para a segurança e a paz da região, como são as clivagens étnico-religiosas, a questão do povo curdo, a exploração de petróleo num mundo que lhe é crescentemente dependente, o conflito árabe-israelense e suas ramificações regionais. É ainda o último bastião de projeção do poder russo no Oriente Médio desde a Guerra Fria e um corredor crucial tanto de transporte de gás e petróleo para toda a região, como de abastecimento de material militar para o Hezbollah³, no Líbano (SANTOS, 2014, p. 3).

Essa localização privilegiada vem despertando o interesse por parte dos demais países da região, e também de grandes potências globais, como EUA e Rússia. Um aspecto que ressalta a importância geopolítica de sua localização é o fato de a Síria ser uma rota de

³ Hezbollah: é uma organização política e paramilitar libanesa de confissão xiita apoiada e financiada pelo Irã (GARCIA, 2015).

transporte de energia (petróleo e gás) para outros países da região.

No plano econômico, o setor primário representa mais de 40% da economia; o setor secundário, menos de 20%; enquanto o setor de serviços responde pelo restante. O país possui muita desigualdade, com mais de 25% da população vivendo abaixo da linha da pobreza. Mesmo antes das agitações provenientes da Primavera Árabe, a economia síria passava por um crescimento econômico modesto e se deteriorou durante o conflito, devido às sanções internacionais, vastos danos à infraestrutura, consumo doméstico e produção reduzidos e alta inflação, acarretando uma crise humanitária que gerou a necessidade de auxílio internacional (RAJA, 2015).

Essas questões de ordem econômica foram determinantes para gerar um descontentamento social, que motivaram a população síria a reivindicar melhores condições de vida, sendo este um dos motivos dos protestos da Primavera Árabe, que resultou na guerra civil, como será discutido posteriormente.

Com relação ao perfil social, a Síria é uma das sociedades mais diversificadas do Oriente Médio e do Norte da África, possuindo uma multiplicidade de etnias que se entrelaçam, por sua vez, com uma variedade de línguas e religiões, o que acarreta grande diversidade identitária e, sobretudo, elevada ramificação dentro dos próprios grupos. A maioria da população síria é árabe, havendo também minorias curdas, circassianas, turcas e armênias, sendo que quase todos falam a língua árabe oficial, o dialeto sírio. A maioria da população é de religião muçulmana⁴, o que constitui um elemento potencialmente unificador, mas que se subdivide em diferentes grupos, dentre eles: sunitas⁵, alauitas⁶, drusos⁷,

⁴ Religião Muçulmana: corresponde aos indivíduos seguidores do islamismo; também são chamados de islâmicos ou maometanos. A religião islâmica surgiu no início do século VII, na península arábica, e é baseada nos ensinamentos do profeta Maomé (570 d.C – 632 d.C.) (OLIC; CANEPA, 2012).

⁵ Sunitas: no Islamismo, é uma designação comum aos muçulmanos ortodoxos, os quais reconhecem a autoridade dos quatro primeiros califas, por oposição aos xiitas (FERREIRA, 1986).

⁶ Alauitas: grupo étnico-religioso que acredita em Alá como único deus e segue a Sharia, ou Lei Islâmica (HOURANI, 1991).

⁷ Drusos: membros de determinada seita religiosa secreta na Síria e no Líbano cuja crença é basicamente maometana (FERREIRA, 1986).

israelitas⁸, xiitas⁹ e cristãos. Há também uma presença relativa de outras confissões, como a judaica, que vive em pequenas comunidades. Além disso, há ainda a separação por clãs, que não corresponde necessariamente a linhas etno-religiosas (SANTOS, 2014).

A religião constitui uma vertente importante, que ajuda a explicar a guerra civil na Síria. O conflito é, em parte, uma luta pelo poder entre os sunitas — que constituem a maior parte da população — e os alauitas — que, embora sendo uma minoria, controlam o governo e o exército do país, o que incomoda a população sunita.

A contextualização do ambiente interno da Síria (aspectos geográficos, econômicos e sociais), juntamente as questões históricas que serão tratadas na próxima seção, permitirão compreender a guerra civil que tem assolado o país e causado o sofrimento de sua população.

3.2 Da Primeira Guerra Mundial ao governo da família al-Assad

Para entendermos a conjuntura síria, é preciso voltarmos ao passado. O fim da Primeira Guerra Mundial é um ponto de partida conveniente para se entender as crises atuais.

O Tratado de Sèvres¹⁰, de 1920, assinado entre os aliados e o Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial, alterou a divisão territorial do Oriente Médio, transformando-o em uma colcha de retalhos formada por Estados, sendo alguns colocados sob a tutela de britânicos ou franceses, servindo como subterfúgio para ocultar uma tentativa colonialista, ao defini-los como Estados incipientes e carentes de proteção (KISSINGER, 2014).

Ainda segundo Kissinger (2014), o Acordo de Sykes-Picot¹¹ havia dividido o

⁸ Israelitas: designação dada aos descendentes da união entre Abraão e a escrava Agar, que viviam, segundo a Bíblia, numa confederação de tribos no deserto da Arábia (FERREIRA, 1986).

⁹ Xiitas: muçulmanos partidários de Ali, primo e genro de Maomé, os quais sustentam, em oposição aos sunitas, só serem autênticas as tradições do Profeta transmitidas por meio de membros de sua família (FERREIRA, 1986).

¹⁰ Tratado de Sèvres: assinado entre os Aliados e o Império Otomano no dia 10 de agosto de 1920; o Tratado de Sèvres foi um acordo de paz que ocorreu em um contexto histórico pós-Primeira Guerra Mundial. (GRUPO ESCOLAR, 2018).

¹¹ Acordo de Sykes-Picot: acordo assinado em maio de 1916 entre a França e o Reino Unido, e que previa zonas de influência na região do Império Otomano, caso esse fosse derrotado (GOMES, 2016).

Oriente Médio em áreas de influência. Com essa divisão, Síria e Líbano ficaram sob a influência francesa; enquanto Iraque, Palestina e Transjordânia ficaram sob a influência britânica. Cada uma destas localidades abrigava diversos grupos étnicos e religiosos, sendo que alguns deles tinham um histórico de confrontos entre si, o que contribuiria para lançar as sementes de futuras guerras e conflitos internos.

A “Grande Síria” do mandato francês era formada pelos atuais Líbano, Síria e a província de Hatay. Cabe ressaltar que, tanto o Líbano quanto a Síria, ambos já eram sociedades marcadas pela presença de minorias étnicas e religiosas importantes, o que originou os problemas que a região vivenciaria no início do século XXI (ZAHREDDINE, 2013).

A partir da ocupação de seu território pela França, em 1920, os sírios começaram um movimento nacional por independência, que foi duramente reprimido pelos franceses. Porém, a repressão despertou dois sentimentos na população síria: um forte nacionalismo árabe e intensos anti-imperialismo e antiocidentalismo. Em 1936, um acordo foi assinado em Paris, por meio do qual a Síria obteve a independência parcial e a promessa da retirada de tropas francesas em futuro próximo, o que foi retardado pelo início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (GARCIA, 2015; RAJA, 2015).

O Estado Sírio obteve sua independência em 1946, e na sua formação se observa a disputa étnica e religiosa pelo poder, como consequência da política colonial francesa de enfraquecer a unidade árabe, instaurando pequenas divisões no país, governadas por um grupo que representava a minoria da população, os alauitas, em detrimento da maioria sunita (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014).

Com a independência da Síria, encerrava-se o período de subordinação francesa, que totalizou 26 anos, e iniciava-se uma época instável, do ponto de vista político. Os interesses distintos dos diferentes grupos étnicos, religiosos e ideológicos do país geraram tensões significativas entre os partidos já existentes, sendo respondidas pelos governantes por

uma presença militar forte e coesa, entendida como a única maneira de manter a lei e a ordem. A disputa sectária pelo poder ilustra o número de golpes de Estado — sete, entre 1949 e 1970, tendo o último marcado o início do regime da família al-Assad, com a ascensão de Hafez al-Assad (SANTOS, 2014).

Observa-se que a origem da disputa sectária pelo poder na Síria está relacionada a dois motivos: o primeiro, refere-se ao Acordo de Sykes-Picot, que efetuou uma divisão do Oriente Médio em áreas de influência, sem levar em consideração a diversidade étnica e religiosa da sua população; e o segundo está relacionado à política colonialista francesa, que possibilitou que o governo fosse exercido pela minoria da população, os alauitas, em detrimento da maioria sunita.

3.3 O regime da família al-Assad

Desde 1971, a família al-Assad detém o controle da Síria, tendo Hafez al-Assad governado por aproximadamente 30 anos.

Com relação a Hafez al-Assad, cabe citar que

Era de uma família modesta e fazia parte de uma minoria religiosa na Síria, os alauitas. Este caráter minoritário sempre esteve presente no seu governo, pois constantemente buscava formas de governabilidade que permitisse a ascensão socioeconômica e política de sua minoria (os alauitas), bem como dos cristãos e drusos, em detrimento da maioria sunita. [...] A maior presença das minorias nas Forças Armadas, bem como em cargos políticos e na burocracia síria, criou um grupo altamente fiel ao presidente e à sua família, o que pode ser visto claramente na guerra civil iniciada em 2011 (ZAHREDDINE, 2013, p. 12).

O governo de Hafez al-Assad manteve estreita relação com a extinta URSS, em função da ideologia do partido Baath e também devido às relações pessoais que Hafez manteve com aquele país, onde morou por vários anos, como parte de sua formação militar e ideológica. Devido a essas boas relações, observa-se um aumento do comércio entre os países, das alianças estratégicas militares, da importação do equipamento militar soviético, bem como do apoio político da extinta URSS ao governo de Hafez. A extinta URSS, como contrapartida, obteve acesso ao Porto de Tartus, no Mediterrâneo Oriental, e manteve uma importante zona

de influência na região (ZAHREDDINE, 2013).

Após a morte de Hafez al-Assad, em 2000, seu filho Bashar al-Assad assumiu o poder, visto que seu irmão mais velho havia falecido em um acidente automobilístico (RAJA, 2015).

Bashar al-Assad manteve suas alianças locais, seguindo o modelo de seu pai, valendo-se principalmente da força das minorias. Inicialmente, criou-se uma expectativa de que o novo presidente traria mudanças reais para o regime, tendo em vista sua formação europeia e sua jovialidade. Algumas evoluções foram percebidas no início de seu governo, como maior acesso à informação e tentativas de retirar a Síria de seu forte isolamento político. Entretanto, as forças políticas que sustentavam o seu governo não permitiram mudanças mais profundas, mantendo os mesmos mecanismos de ação do período anterior (ZAHREDDINE, 2013).

Apesar de existirem diversos partidos políticos na Síria, observa-se que, na prática, trata-se de uma ditadura, onde a sucessão ao governo é realizada entre os membros da família al-Assad. As liberdades de expressão e de organização não existem no país, e, apesar das promessas de reformas políticas e de liberalização econômica, as mesmas nunca se materializaram (SANTOS, 2014).

A incapacidade do governo em efetuar reformas significativas que atendessem aos desejos da população, foi o estopim dos protestos iniciados em 2011. Esses protestos, que ocorreram na Síria e em diversos outros países do Norte da África e do Oriente Médio, ficaram conhecidos como Primavera Árabe, que será analisada de forma mais detalhada na próxima seção.

3.4 A Primavera Árabe

Iniciada em 2010 na Tunísia, a sequência de manifestações pró-democráticas conhecida como Primavera Árabe se espalhou por países árabes do Norte da África e do

Oriente Médio, derrubando governos dominadores que há vários anos detinham o poder (FRANCA, 2017).

Os habitantes dos Estados árabes nunca foram capazes de usufruir, em sua plenitude, da liberdade política, devido à instauração de ditaduras após o processo de descolonização ocidental ocorrido no século XX. Todos viviam uma realidade socioeconômica inconsistente, apresentando grande desemprego e baixos índices de desenvolvimento; além de estarem sob o jugo de governos corruptos e autoritários (FRANCA, 2017).

Dessa forma, a Primavera Árabe pode ser entendida como um movimento contra o fim das ditaduras e em prol da democracia, bem como por melhores condições de vida para a população.

Na Síria, a Primavera Árabe teve início em fevereiro de 2011, com a prisão de estudantes que picharam frases contra o governo no muro de uma escola, na cidade de Daraa. Os protestos populares, que a princípio pediam a liberdade dos estudantes, logo passaram a ter outras reivindicações, como a liberdade de presos políticos e mudanças na atuação do governo (FRANCA, 2017).

Inicialmente, os manifestantes adotaram a estratégia de protestos pacíficos na busca por seus objetivos. Em oposição, Bashar empregou duas linhas de ação distintas para combater as manifestações. Primeiramente, realizando uma série de reformas políticas e medidas econômicas superficiais, e, posteriormente, reprimindo violentamente os opositores. Essas ações antagônicas de Bashar mostram que seu objetivo era apenas acalmar a população e, assim, encerrar a revolta, sem a necessidade de realizar grandes reformas em seu governo (FRANCA, 2017).

O êxito da Primavera Árabe em outros Estados foi determinante para que os manifestantes sírios insistissem em suas demandas por mudanças, mesmo sendo reprimidos pelo governo. Ao longo dos anos, a guerra na Síria deixou de ser um conflito interno para se

tornar internacional, e, aos personagens originais (rebeldes e governo), juntaram-se novos atores, com variados interesses e poder de combate, que serão analisados em maiores detalhes na próxima seção.

3.5 O conflito e seus principais atores

Em um cenário de crise econômica, elevado desemprego e grande insatisfação com o governo em amplos setores da população resultaram em uma série de protestos. A reação do governo foi utilizar as forças de segurança e o exército para acabar com as manifestações, cada vez mais numerosas e que se espalhavam por todo o país. As manifestações, paulatinamente, transformaram-se em rebelião armada, espalhada por diversas localidades do país, a qual o exército sírio não foi capaz de sufocar. Ainda em 2011, a situação na Síria se transformou em guerra civil, estabelecendo-se diferentes frentes de batalha (GARCIA, 2015).

O conflito na Síria passou a tomar proporções cada vez maiores e envolveu uma multiplicidade de atores estatais, não estatais e internacionais (em nível regional e global), os quais tinham diversos interesses, sendo alguns favoráveis e outros contrários ao regime, conforme explanado a seguir.

3.5.1 Aliados do regime de Bashar al-Assad

Forças Governamentais

As forças governamentais estão compostas pelas Forças Armadas da Síria (Exército, Marinha e Força Aérea) e as Forças de Defesa Nacional (milícias locais). Estas duas forças são constituídas pelas minorias alauitas, cristãs, drusas e certos setores sunitas. Seus principais inimigos são as forças rebeldes e as forças islamistas. As Forças Armadas e as Forças de Defesa Nacional são os principais grupos que o regime emprega para sua defesa (GARCIA, 2015).

Hezbollah

É uma organização política e paramilitar libanesa, xiita, apoiada e financiada pelo Irã (e em menor parte pela Síria), com os objetivos de expulsar os invasores israelenses do Líbano, eliminar a influência ocidental sobre este país e estabelecer uma república islâmica similar à iraniana (GARCIA, 2015). De acordo com Raja (2015), o Hezbollah utiliza os territórios sírios para receber suprimentos do Irã, sendo interessante, por isso, a manutenção de Assad no poder.

Irã

O Irã (principal país xiita) e a Arábia Saudita (principal país sunita) mantêm uma luta pelo domínio da região do Oriente Médio. A Síria, que está dentro da órbita de influência iraniana, serve como ligação com o grupo libanês xiita Hezbollah. Se a Síria cair nas mãos da oposição sunita, o Irã sofrerá grave derrota, perdendo sua influência na região, em benefício de seu inimigo sunita. Com isso, o Hezbollah ficaria praticamente isolado e não seria mais uma ameaça para Israel, o que prejudicaria bastante os interesses iranianos na região. Além do apoio econômico, o Irã também apoia o regime sírio por meio do envio de armamentos, tropas e instrutores (GARCIA, 2015).

China

A China possui interesses econômicos nos recursos energéticos, sendo um dos principais compradores do petróleo sírio. O apoio chinês ao regime de Assad visa assegurar seu abastecimento e evitar a interferência dos EUA na região. A China também tem manifestado apoio diplomático à Rússia nos organismos internacionais, visando inibir uma intervenção ocidental na região (GARCIA, 2015).

3.5.2 Inimigos do regime de Bashar al-Assad

Forças Rebeldes

Com relação às Forças Rebeldes, Raja (2015) as divide em subgrupos, conforme

suas composições e motivações, dentre os quais se destacam os “rebeldes reais” (compostos por civis e desertores das forças armadas, que lutam pela queda do regime atual e instauração de uma nova administração eleita pelo povo), os “jihadistas globais” (ideologicamente motivados pelo estabelecimento de um califado islâmico) e os “nacionalistas curdos” (que visam à criação de um Estado autônomo — o Curdistão).

Al-Nusra

Al-Nusra é uma organização terrorista islamista, filial da Al-Qaeda¹² na Síria. A maioria de seus membros é de nacionalidade síria e de confissão sunita. A participação da Al-Nusra na guerra da Síria se iniciou com a infiltração de membros da Al-Qaeda oriundos do Iraque. A Al-Nusra busca o estabelecimento de um califado combinando ações de insurgência e terrorismo contra o regime sírio, com ações políticas, religiosas, sociais e humanitárias, em busca do apoio da população dentro dos territórios que domina (GARCIA, 2015).

Estado Islâmico (EI)

O EI, também conhecido por ISIS¹³, é uma organização terrorista criada durante a guerra do Iraque, no ano de 2006, e que se separou da Al Qaeda em 2014. Seu objetivo é estabelecer um califado islâmico, que inicialmente se estenderia pelo Iraque e Síria, eliminando qualquer tipo de fronteira criada pelos Acordos de Sykes-Picot, para, posteriormente, expandir-se por outras partes do mundo. O EI tem estabelecido um governo islâmico radical em amplas regiões do Iraque e da Síria (GARCIA, 2015).

Curdos

Desde o século XX, os curdos lutam pela criação de um Estado próprio. Na Turquia, onde se concentra a maioria dos curdos, representando 18% da população do país, esta luta é liderada pelo Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK)¹⁴, grupo armado considerado terrorista pelo governo da Turquia. Na Síria, os curdos representam 15% da

¹² Al-Qaeda: trata-se de uma rede do radicalismo islâmico responsável por atentados terroristas a nível internacional (FERNANDES, 2018).

¹³ ISIS: acrônimo em inglês que corresponde a Islamic State of Iraq and Syria.

¹⁴ PKK: acrônimo em curdo que corresponde a Partiya Karkerên Kurdistan.

população e concentram-se no norte do país. Com o início da guerra, os curdos, representados principalmente pelo Partido da União Democrática (PYD)¹⁵, com o apoio do PKK, passaram a trabalhar em duas frentes principais: contra o regime de Assad e contra o EI (SOARES *et al.*, 2017).

Monarquias do Golfo

As monarquias do Golfo — destacando-se Arábia Saudita e Catar — apoiam econômica e materialmente a oposição síria. Entre seus objetivos, está a expansão de uma visão fundamentalista do Islã¹⁶. Com a vitória da oposição, a Arábia Saudita, em particular, conquistaria um importante triunfo na luta pela liderança regional com o Irã, além de conseguir penetrar em uma área que, até agora, é hostil aos seus objetivos (GARCIA, 2015).

Turquia

O conflito na Síria tem causado importantes reflexos na Turquia, que recebe um grande número de refugiados sírios, na região de fronteira. Por meio da fronteira turca, os rebeldes têm recebido suprimentos e pessoal para efetuar as ofensivas contra o regime de Assad. A principal preocupação da Turquia é com relação ao ganho de espaço da população curda no norte da Síria, devido ao vazio de poder deixado pelo governo de Assad, o que pode desestabilizar suas fronteiras e influenciar os curdos que vivem na Turquia, criando perspectivas para a formação de uma comunidade curda (RAJA, 2015; GARCIA, 2015).

De uma guerra civil, que opunha os rebeldes ao regime do presidente Bashar al-Assad, o conflito evoluiu para um confronto internacional, no qual países como EUA, Rússia, Turquia, Irã e Arábia Saudita estão cada vez mais envolvidos. Os Estados têm os mais diversos motivos para participar do conflito: militares, religiosos, econômicos ou de segurança. A interferência desses atores externos tem agravado a situação na região, interferência esta motivada pela disputa de poder, o que tem dificultado chegar ao fim das hostilidades.

¹⁵ PYD: acrônimo em curdo que corresponde a Partiya Yekîtiya Demokrat.

¹⁶ Visão denominada wahhabismo, que prega a volta dos costumes e práticas do Islã original (GARCIA, 2015).

Além dos atores locais e regionais citados anteriormente, o conflito acabou envolvendo, também, dois importantes protagonistas globais: EUA e Rússia, os quais têm divergências quanto à permanência de Assad no poder, bem como quanto aos interesses que estão em jogo na região. Tais divergências, entre estes Estados, não eram observadas desde o fim da Guerra Fria (1947-1991). Visando melhor compreender os interesses dos EUA e da Rússia nessa contenda, os mesmos serão analisados detalhadamente no próximo capítulo.

4 OS INTERESSES DOS ATORES GLOBAIS NO CONFLITO DA SÍRIA

O conflito na Síria possui características bastante complexas, podendo-se distinguir três categorias de interessados, destacando-se os atores não estatais (rebeldes, forças curdas, grupos terroristas como Al-Nusra e EI), os atores regionais (Turquia, Irã, Arábia Saudita, Catar, Israel e Egito) e os atores globais (EUA e Rússia), o que gera diferentes tipos de conflitos na região — desde uma nova Guerra Fria entre EUA e Rússia a guerras regionais, por um lado, e disputa por recursos e tensões sectárias, por outro. Esses atores têm diversos interesses no conflito e múltiplas agendas e combinações de alianças, o que faz com que a Síria cada vez mais ganhe importância na região do Oriente Médio.

Nesse contexto, em que a guerra civil na Síria extrapola as fronteiras internas e adquire importância na política internacional, verifica-se que os atores intervenientes no conflito se proliferam. De um lado, os EUA e seus aliados, intercedendo junto aos grupos opositores sírios, com o fornecimento de armamentos, financiamento e a disseminação do discurso de solidariedade e combate ao terrorismo. Do outro lado, a Rússia junto ao Irã intercedendo pela permanência do governo de Bashar al-Assad e também fornecendo armamentos e financiamento, com base em um discurso nacionalista e de autonomia (RICCI, 2016).

O conflito, que começou como uma revolução popular contra o regime de Bashar al-Assad, transformou-se em uma “guerra por procuração”, devido ao embate indireto das duas grandes potências por meio da manipulação e patrocínio dos rebeldes e do governo.

O envolvimento de duas grandes potências no conflito traz maior relevância pela disputa de poder, pois

Desde o fim da Guerra Fria, não se via uma disputa tão acirrada entre os EUA e a Federação Russa, em função da guerra civil naquele país. Em virtude da defesa que os russos fazem da Síria, ameaçando vetar resoluções no Conselho de Segurança, ou mesmo afirmando que um ataque estadunidense sem uma Resolução das Nações Unidas poderia suscitar um apoio mais evidente por parte dos russos, que se percebe a importância desta disputa para o equilíbrio de poder regional e mundial. O que está em jogo não é simplesmente a deposição ou não de um ditador de seu posto, mas sim, compreender os prováveis resultados desta barganha política para o equilíbrio

de forças (ZAHREDDINE, 2013, p. 18).

A Rússia vem mantendo apoio político, militar e diplomático ao regime de Bashar al-Assad, pois a sua deposição, além de prejudicar os interesses dos russos na região, alteraria o equilíbrio de forças a favor dos EUA.

A intensificação das rivalidades entre as duas superpotências pelo aumento das suas esferas de influência no Oriente Médio, e, em particular, na Síria, apresenta como causa comum o controle do petróleo e de outros recursos minerais.

Cabe destacar que o Oriente Médio e a África Muçulmana possuem, atualmente, 68% das reservas mundiais de petróleo, *commodity*¹⁷ fundamental ao funcionamento da indústria e do transporte comercial. Possuem também importantes reservas de gás natural e de outros minerais terrestres. A região representa, ainda, um potencial mercado consumidor para o Ocidente (FARAH *apud* RICCI, 2016).

A disputa por recursos energéticos é um motivo importante para entender os interesses das grandes potências no conflito; porém, existem outros interesses em jogo, os quais serão analisados nas seções a seguir.

4.1 Interesses estadunidenses

Com o término da Guerra Fria, os EUA reforçaram sua presença na região do Oriente Médio, devido ao esfacelamento do Império Soviético. Os ataques de 11 de setembro contribuíram para este aumento da presença militar estadunidense no Oriente Médio, consubstanciada na invasão do Afeganistão (2001) e na Segunda Guerra do Golfo (2003) contra o Iraque. Os EUA passaram a pressionar os principais antagonistas regionais, dentre eles, o Irã, a Síria e o Hezbollah no Líbano. Mesmo com todos os custos militares envolvidos, a presença estadunidense naquela área não sofria contestação por parte de outra potência mundial, mas, sim, de grupos armados transnacionais (ZAHREDDINE, 2013).

¹⁷ *Commodity*: nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre, etc. (SANDRONI, 2001).

De acordo com Marinho (2008), a estratégia de política externa dos EUA para o Oriente Médio se baseou em dois alicerces: o político-cultural e o econômico. O primeiro alicerce tinha por objetivo bloquear a expansão do comunismo no Oriente Médio; e o segundo, de obter altos lucros com a industrialização do petróleo, difundindo uma política econômica baseada no liberalismo junto aos seus aliados no Oriente.

Marinho (2008) destaca, também, alguns problemas para a política externa estadunidense para o Oriente Médio, podendo-se citar: a questão estratégica do petróleo; a intensa competição entre os Estados por uma hegemonia regional, como é o caso do Irã; a proliferação das armas de destruição em massa, como foram as ameaças do Iraque e ainda são por parte da Síria; e a existência de grupos “paramilitares” considerados terroristas, como o Hezbollah e a Al-Qaeda, entre outros.

Os EUA têm definido seus interesses no Oriente Médio como sendo: o acesso aos recursos petrolíferos do Golfo; a defesa de Israel; a solução do conflito entre Israel e os países árabes; e a manutenção de uma situação sociopolítica favorável, mantida por meio de incentivos à adoção de princípios da democracia e de liberdades individuais (PENNA FILHO, 2006 *apud* MARINHO, 2008).

Dentre esses interesses, destacam-se os relacionados à questão do petróleo existente na região. As questões relacionadas a direitos humanos ou problemas de outra natureza adquirem menor importância se comparadas as questões energéticas. O interesse no petróleo foi priorizado pela existência de regimes fundamentalistas islâmicos¹⁸, como o caso do Irã, e outros, que passaram a contestar os interesses estadunidenses na região (PENNA FILHO, 2006 *apud* MARINHO, 2008).

Para Raja (2015), o conflito na Síria é uma forma dos EUA manter a hegemonia global, e controlar os recursos no Oriente Médio por meio do apoio a regimes favoráveis ao Ocidente, independentemente de serem autoritários. Dessa forma, apesar de seu discurso

¹⁸ Fundamentalismo islâmico: o fundamentalismo é uma corrente de pensamento existente praticamente em todas as religiões do mundo. Seus adeptos veem os textos sagrados como a única orientação para os diversos aspectos da vida — das relações familiares e sociais até a organização política (OLIC; CANEPA, 2012).

sobre a promoção da democracia, os EUA nunca tentaram estimular um governo representativo nesses países. A Primavera Árabe não foi uma criação dos EUA, mas eles se aproveitaram dessas manifestações populares, com suas demandas por direitos humanos e governos honestos, para incentivar a criação de regimes pró-ocidente e evitar que esses movimentos atingissem governos aliados.

Ainda segundo Raja (2015), os EUA e seus aliados na Europa e no Oriente Médio têm como objetivo uma mudança de regime na Síria, visando aos interesses abaixo relacionados:

Inicialmente, para instalar um governo pró-ocidente que permita a paz com Israel e a retirada do apoio sírio a todos os grupos militantes contrários a Israel (RAJA, 2015).

A Síria tem um papel estratégico na questão Israel versus Palestina, uma vez que não é aliada de Israel, porém é aliada do Irã, que usa seu território para enviar armas ao Hezbollah no Líbano e ao Hamas¹⁹ na Palestina, contra Israel.

Em segundo lugar, neutralizar a Síria como uma força militar no Oriente Médio, com a destruição de suas armas químicas, e restringir o tamanho do seu exército e do seu arsenal militar (RAJA, 2015).

O regime sírio tem um histórico de utilização de armas químicas contra o seu próprio povo, e, com a destruição destas armas, este risco seria eliminado.

Em terceiro lugar, eliminar o Hezbollah e outros grupos combatente que operam no Oriente Médio, suprimindo suas rotas de abastecimento do Irã, que utiliza territórios sírios para fornecer apoio no Líbano e em Gaza (RAJA, 2015).

A realização desse objetivo vai fortalecer Israel e ajudar a reduzir a ameaça do terrorismo internacional que deriva dessa região.

Em quarto lugar, restringir o acesso cada vez maior da China aos recursos energéticos no Oriente Médio e, como consequência, sua influência política (RAJA, 2015).

¹⁹ Hamas: significa Movimento de Resistência Islâmica. Trata-se de uma organização política, cultural e social calcada em bases populares que possui uma ala militar separada, especializando-se na resistência armada contra a ocupação israelense (HROUB, 2008).

Os EUA têm como objetivo controlar os recursos de importância estratégica naquela região ou evitar que potências competidoras, como a China ou a Rússia, controlem-nas. O Oriente Médio, por se tratar de uma região rica em petróleo e gás natural, tem uma importância fundamental para as economias asiática e europeia, e, por isto, é importante para os EUA manter o seu controle.

Em quinto lugar, expulsar a Rússia da Síria, devido sua presença militar na região (RAJA, 2015).

A Rússia possui bases militares na Síria, o que possibilita manter seu poder militar no Oriente Médio e se opor a ação de possíveis rivais. Os EUA pretendem eliminar a presença dos russos e expandir a sua área de influência nesta região.

Em sexto lugar, evitar as tentativas iranianas de construção de um gasoduto Irã-Iraque-Síria, ligando o campo iraniano de Pars à Síria. O objetivo era que o gasoduto chegasse até a Europa, mercado-alvo de exportação. Os EUA e seus aliados têm interesse em construir outro gasoduto ao norte, vindo do Catar e Arábia Saudita, através da Síria e da Turquia (RAJA, 2015).

Uma das maneiras de impedir a construção do gasoduto Irã-Iraque-Síria seria com a retirada de Bashar al-Assad do poder e o estabelecimento de um governo que esteja alinhado aos interesses estadunidenses.

Finalmente, eliminar o regime pró-iraniano na Síria e enfraquecer seus representantes, Hamas e Hezbollah, que podem ser uma ameaça para Israel, reduzindo as ambições do Irã na região (RAJA, 2015).

As assertivas acima são corroboradas por Moniz Bandeira (2017), ao afirmar que o interesse dos EUA e seus aliados é controlar o Mediterrâneo e isolar politicamente o Irã, e também conter e eliminar a influência da Rússia no Oriente Médio. A Rússia vem operando o porto de Tartus, na Síria, desde 1971, e projetava transformá-lo em base naval em 2012, a fim de receber navios de guerra de grande porte, assegurando sua presença no Mediterrâneo. Os

EUA, ao patrocinar a oposição na Síria, visando à queda do regime de Bashar al-Assad, tinha por objetivo impossibilitar o aprofundamento, no âmbito naval, das relações sírias com a Rússia e quebrar a aliança entre o Irã, o Hezbollah e o Hamas.

Outra questão que atraiu a participação dos EUA na guerra civil na Síria foi o aumento da capacidade e das áreas sob poder do EI, que utilizam métodos bastante violentos para atingir seus objetivos. Existe o temor de que, caso o EI não seja derrotado, ele possa assumir o poder na Síria, com consequências negativas para as minorias religiosas na região (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014).

Por tal motivo, os EUA e seus aliados visam reduzir a ameaça que o EI representa para a segurança internacional.

Os EUA tinham interesse em aprovar uma Resolução no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU) que permitisse usar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para bombardear a Síria. O bombardeio teria o mesmo pretexto usado para a Líbia: proteger os civis. No entanto, o projeto de Resolução foi vetado pela Rússia e pela China, que tinham consciência de que a Resolução era uma estratégia para viabilizar a intervenção militar da OTAN, sob o pretexto de defesa da população civil, responsabilidade de proteger e etc., quando o real objetivo era a queda de Assad (MONIZ BANDEIRA, 2017).

O veto da Rússia e da China à Resolução mostrou que os dois países não se dispunham a dar qualquer apoio à intervenção na Síria. Tanto a Rússia quanto a China, ao vetarem as resoluções contra a Síria, mostraram que não autorizariam a mudança do equilíbrio de poder regional, impossibilitando o domínio do Mediterrâneo pelos EUA (MONIZ BANDEIRA, 2017).

Apesar do poder político e militar que os EUA e seus aliados têm, sua participação no conflito é predominantemente indireta, tendo em vista os vetos russos e chineses no CSONU, que buscam impedir decisões prejudiciais a Assad.

Para os EUA, a deposição de Assad e a ascensão de um governo pró-ocidente abriria caminho para a conquista dos interesses citados anteriormente, além de possibilitar o aumento de sua parcela de poder e influência na região.

4.2 Interesses russos

Durante as recentes crises envolvendo a Síria, a Rússia tem mantido seu apoio inabalável ao regime de Bashar al-Assad.

De acordo com Raja (2015), a Rússia tem diversos interesses na manutenção de Assad no poder, podendo-se destacar:

Os laços estabelecidos com a Síria, iniciados durante a Guerra Fria e que têm mais de quarenta anos, quando a Síria, após sua independência, alinhou-se ao bloco Oriental liderado pela extinta URSS (RAJA, 2015).

A Rússia deseja mostrar para o mundo, em geral, e para os EUA e seus aliados em particular, que a União Soviética pode ter deixado de existir, mas a Rússia se faz presente. Independente dos interesses em disputa, a Rússia permanece indispensável em qualquer debate para a solução de problemas internacionais (RAJA, 2015).

Moscou tem interesses estratégicos antigos na Síria, destacando-se a Base Naval de Tartus. Se os russos perderem esta base, seus navios de guerra terão que passar pelo Estreito de Bósforo²⁰, que é controlado pela Turquia, membro da OTAN (RAJA, 2015).

A perda dessa base enfraqueceria o poder militar russo no Mar Mediterrâneo e, conseqüentemente, sua perda de influência na região.

Moscou também tem interesse em parar com as “mudanças de regime”, tendo em vista que elas podem acontecer nos Estados sob sua esfera de influência, ou na própria Rússia. O Kremlin assistiu à Primavera Árabe com preocupação, interpretando as manifestações populares contra governos antidemocráticos como conspirações estadunidenses (RAJA, 2015).

²⁰ Estreito de Bósforo: é o canal que liga o mar Negro ao mar de Mármara (PENA, 2018).

Assim, observa-se que as mudanças de regime podem trazer sérias consequências para a Rússia, que é formada por vários grupos étnicos que estão em constante tensão com o governo, buscando independência.

Com relação ao aspecto financeiro, a Rússia deseja manter certa turbulência no Oriente Médio, de forma a manter os preços do petróleo altos, fazendo com que a Europa continue na sua dependência energética. Outro aspecto financeiro de interesse, é com relação ao mercado de armamentos. A queda do regime líbio gerou a perda, para a Rússia, de mais de US\$ 4 bilhões em contratos. Dessa forma, não é do interesse de Moscou que o mesmo ocorra com a Síria. Além destes aspectos, cabe destacar também que empresas russas investiram cerca de 20 bilhões de dólares na indústria petrolífera síria, que seriam perdidos com a eventual queda do regime de Assad (RAJA, 2015).

O último interesse, segundo Raja (2015), é o compromisso russo com a defesa de Assad, aumentando sua credibilidade como defensora de seus aliados na região. Com o apoio a Assad desde o início do conflito, a Rússia angariou o respeito dos líderes árabes, e qualquer fraqueza demonstrada prejudicaria sua imagem perante seus aliados.

A ascendência diplomática e militar da Rússia tem demonstrado nos últimos anos que:

O país se reafirma novamente como um ator importante nos assuntos da agenda internacional. Fragilizada após a dissolução da União Soviética, Moscou tem buscado a implementação de um sistema internacional multipolar no qual a Rússia seja um dos protagonistas e ao mesmo tempo refrear o ímpeto dos Estados Unidos e seus aliados (a maioria da OTAN). Após a intervenção militar decisiva na Guerra da Síria em favor do regime de Bashar al-Assad, a Rússia definitivamente reafirmou sua assertividade e voltou a ser protagonista no tabuleiro geopolítico do Oriente Médio (PAUTASSO; ROCHA, 2017, p. 30).

Pautasso e Rocha (2017) também apontam diversos pontos de interesse da Rússia no conflito na Síria, visando demonstrar sua crescente influência no cenário internacional e sua capacidade de confrontar a linha de atuação estadunidense.

O primeiro ponto se refere à ascensão de Putin ao governo, o que possibilitou melhorar a posição da Rússia no cenário internacional. Para tal, o governo russo tem

reestruturado setores importantes da economia, como o energético e o bélico, além de assumir maiores responsabilidades no cenário internacional, atestado por diversos discursos e documentos (PAUTASSO; ROCHA, 2017).

O segundo ponto tem relação com a presença histórica russa no Oriente Médio, onde, já no século XVIII, travava conflitos com o Império Otomano pelo domínio da região que hoje corresponde à Ásia Central; e, no século seguinte, a disputa passou a ser com os britânicos (PAUTASSO; ROCHA, 2017).

O terceiro ponto é com relação às questões de política interna. Com a fragmentação da ex-URSS, os povos do Cáucaso Norte permaneceram na Federação Russa, e os sul-caucasianos e centro-asiáticos passaram a constituir sua zona de influência. Excetuando Geórgia e Armênia, todos os países dessas regiões têm maioria da população muçulmana, sendo que alguns mantêm contato com grupos armados semelhantes localizados no Oriente Médio. Assim, o resultado dos acontecimentos no mundo muçulmano é importante para a Rússia, podendo impactar em sua estabilidade interna (PAUTASSO; ROCHA, 2017). Moscou percebe a presença do fundamentalismo islâmico na região do Oriente Médio como uma ameaça para a sua estabilidade interna, tendo em vista que o extremismo poderia se disseminar pelas regiões muçulmanas do território russo que apresentam intenções separatistas, notadamente no Cáucaso (KALB, 2015 *apud* PAUTASSO; ROCHA, 2017).

O quarto ponto se refere à competição pelas reservas de petróleo e gás natural da região. A Rússia exporta esses recursos energéticos e tem interesse em manter o controle dos preços, das rotas e dos mercados consumidores. A instabilidade no Oriente Médio afeta a construção das rotas petrolíferas de seu interesse nesta região (PAUTASSO; ROCHA, 2017).

O quinto ponto está relacionado às parcerias mantidas entre Rússia e Síria. Conforme já mencionado, as relações entre estes países remontam ao período da Guerra Fria, e, mesmo com o fim da URSS, as relações entre os mesmos foram preservadas. Dessa forma, a Rússia continuou operando o porto de Tartus e manteve a posição de principal fornecedor de

armamentos para a Síria (PAUTASSO; ROCHA, 2017).

A Rússia pretende também se firmar como uma potência no Mar Mediterrâneo, e simultaneamente reforçar sua presença militar e diplomática na região do Oriente Médio. Moscou tem mantido uma força marítima operativa no Mediterrâneo Oriental, região relevante para seus interesses, visto que seu controle facilita o acesso ao Oceano Índico e ao Oceano Atlântico. Historicamente, a Rússia vem estabelecendo bases de apoio no Mediterrâneo com a intenção de facilitar o acesso aos oceanos e, assim, assegurar sua projeção de poder em nível mundial (DELANOË, 2014 *apud* PAUTASSO; ROCHA, 2017).

Dessa forma, a Síria se torna fundamental para a realização da estratégia geopolítica da Rússia. Devido à sua posição, as facilidades logísticas asseguradas pelo porto de Tartus dão condições a Moscou de projetar suas forças militares no Oriente Médio e ser um ator presente regionalmente (HARMER, 2012; ROBERTO 2012, *apud* PAUTASSO; ROCHA, 2017).

Os pontos citados comprovam os interesses russos no Oriente Médio, e na Síria em especial, e demonstram que a Rússia tem atuação relevante na região do conflito.

A Rússia tem se mostrado o principal aliado de Assad, fornecendo armas e tropas para a proteção do regime e também suporte no CSONU. O apoio russo se dá pelos motivos expostos anteriormente, e visa assegurar a manutenção de seu poder na região.

Pode-se observar que existe uma espécie de Guerra Fria na disputa que os EUA e a Rússia vêm desenvolvendo na Síria e também no Oriente Médio, onde o resultado do conflito representará não somente a vitória dos rebeldes ou do governo, mas também significará a preservação ou extinção de zonas de influência regionais para as grandes potências.

5 CONCLUSÃO

Para concluir este trabalho, será efetuada uma análise para comprovar que os interesses dos EUA e da Rússia na guerra civil na Síria ocorreram de acordo com a teoria do realismo ofensivo.

Inicialmente, verificar-se-á se as cinco hipóteses básicas descritas por Mearsheimer, que levam as grandes potências a rivalizarem pelo poder e a lutarem pela hegemonia do sistema internacional, aplicam-se às grandes potências envolvidas na guerra civil na Síria.

A primeira hipótese, que afirma que o sistema internacional é anárquico, aplica-se ao conflito, tendo em vista que nem a Organização das Nações Unidas (ONU) nem qualquer outra instituição internacional têm poder de coerção sobre as grandes potências, que interferem no conflito de acordo com os seus interesses.

A segunda hipótese, expressa pela capacidade militar, tem aplicação na guerra civil na Síria, pois tanto os EUA quanto a Rússia detêm grande poder militar, inclusive dispondo de armas nucleares, o que representa uma ameaça para a segurança destes Estados. As intervenções que estas potências têm feito no conflito demonstram sua capacidade militar.

Com relação à terceira hipótese, que diz respeito à incerteza das intenções dos Estados, esta também se aplica ao caso em estudo, pois os EUA e a Rússia não têm como saber, com algum grau de certeza, os verdadeiros objetivos da política externa de seu oponente. Por mais informações que tenham a respeito de seu oponente, um Estado dificilmente terá total conhecimento dos estratagemas de outros Estados com relação à sua política internacional. Além disso, suas intenções podem mudar de um momento para outro, de acordo com seus interesses.

A quarta hipótese, que se refere à sobrevivência do Estado, também se aplica ao caso em lide, pois as grandes potências, ao atuarem na guerra civil na Síria, buscam servir aos seus interesses nacionais, que, em sua forma mais básica, é o desejo de sobreviver, mas que

também se traduz no acúmulo de poder, que é tido como um instrumento por meio do qual os Estados garantem a sua sobrevivência no sistema internacional. Assim, o requisito da sobrevivência faz com que os Estados planejem as suas questões de política internacional com base na sua segurança, que, por sua vez, só poderá ser conquistada por meio da aquisição de poder.

Finalmente, com relação à quinta hipótese, que estabelece que os Estados são atores racionais, os EUA e a Rússia têm baseado seus processos de tomada de decisão em escolhas que buscam defender seus interesses nacionais e aumentar sua parcela de influência na região, o que faz com que essa hipótese também tenha aplicação nesse cenário.

Portanto, conclui-se que todas as hipóteses da teoria do realismo ofensivo se aplicam às potências envolvidas na guerra civil na Síria, corroborando a concretização do resultado da pesquisa.

Após esta primeira conclusão, será analisado se os interesses estadunidenses e russos na guerra civil na Síria ocorreram em consonância com a teoria de Mearsheimer. Para melhor compreendê-los, os mesmos foram classificados em dois tipos: econômico e político-militar.

Para os EUA, os seguintes interesses econômicos foram identificados: o acesso aos recursos petrolíferos disponíveis no Golfo; e a contenção do avanço chinês com relação a estes recursos na região.

Com relação aos interesses político-militares estadunidenses, destacam-se: a intervenção em prol da derrubada do regime de Assad; a defesa de Israel e a solução do conflito entre este Estado e os países árabes; a neutralização da Síria como uma força militar no Oriente Médio, com a destruição de suas armas químicas; a eliminação do Hezbollah e de outros grupos militantes que operam no Oriente Médio, reduzindo a ameaça do terrorismo internacional; o controle do Mediterrâneo, com a eliminação da influência russa, principalmente em função de suas bases militares na Síria; a eliminação do EI e o isolamento

político do Irã, com a eliminação de seu governo xiita, que apoia a Síria e o Hezbollah.

Da mesma forma, a Rússia também tem interesses econômicos na Síria, podendo-se citar: o controle dos preços, das rotas e dos mercados consumidores dos recursos energéticos; e também o comércio de material bélico.

Com relação aos interesses político-militares russos, salienta-se: a manutenção de estreitas relações políticas com o governo sírio, com o apoio ao regime de Bashar al-Assad; a minimização da presença e influência estadunidense na região; a preservação de suas bases militares em território sírio; a reafirmação da Rússia no cenário internacional; a paralisação das mudanças de regime — pois estas colocariam em risco os Estados sob sua influência ou o seu próprio território; e a neutralização dos transtornos com relação a questões de política interna, devido ao enfrentamento que Moscou tem tido com os radicais islâmicos do Cáucaso.

Ao se analisar os interesses econômicos, observa-se uma disputa entre EUA e Rússia pelo controle das fontes energéticas existentes na região. Esse conflito de interesses está de acordo com a teoria, pois, conforme exposto anteriormente, o realismo ofensivo prevê que as grandes potências tentam dominar as áreas mundiais geradoras de riqueza, de forma a aumentar sua parcela de poder, e impedir que as potências rivais dominem estas regiões. Nesse contexto, a Síria se destaca por ser uma importante rota de acesso à região detentora destas fontes energéticas, com petróleo e gás suficientes para abastecer os países aliados das grandes potências, demonstrando o interesse econômico por trás da luta pela supremacia regional.

Com relação aos interesses político-militares, a permanência de Assad no governo se torna fundamental para que a Rússia mantenha a sua influência na região. Já para os EUA, a queda do regime e a assunção de um governo pró-ocidente frustraria os objetivos russos e fortaleceria a posição estadunidense no Oriente Médio.

As grandes potências se colocam em lados opostos no conflito, visando satisfazer seus propósitos e, conseqüentemente, conquistar mais poder que o seu rival. Os EUA

procuram conter a Rússia neste conflito, porque temem que a mesma domine a região, vindo a se constituir um adversário ainda mais poderoso, e, possivelmente, vindo a se tornar um Estado hegemônico no Oriente Médio. A disputa pelo poder, entre as grandes potências na guerra civil na Síria, deixa transparecer que ambas pretendem se firmar como a única grande potência no Oriente Médio. Assim, conclui-se que os interesses destes dois atores estão em conformidade com a teoria do realismo ofensivo de Mearsheimer, que estabelece que as grandes potências competem por aumentar sua quota de poder e transformar-se na única grande potência do sistema.

Visando à diminuição da influência estadunidense na região e à sobrevivência do regime de Bashar al-Assad, a Rússia fornece apoio militar à Síria, formando um polo antagonico para equilibrar o polo composto pelos EUA e seus aliados.

Para os EUA, interessa-lhe obstaculizar o domínio da região pela Rússia, pois este comprometeria seus interesses econômicos e político-militares, e, conseqüentemente, levaria à perda de seu poder regional.

Após efetuar a análise da questão proposta, a pesquisa permitiu concluir favoravelmente à hipótese inicial, ou seja: os interesses estadunidenses e russos na guerra civil na Síria ocorreram de acordo com a teoria do realismo ofensivo de Mearsheimer.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Cláudio. O que é Al-Qaeda?. *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-al-qaeda.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.
- FRANCA, Maria Carneiro de Albuquerque. *Síria: Analisando a evolução do conflito através das Teorias das Relações Internacionais (2011-2016)*. 2017. 81 p. Monografia (Bacharel em relações internacionais) - Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife, 2017. Disponível em: <<http://faculdadedamas.edu.br/revistafd/index.php/academico/article/view/538/474>>. Acesso em: 02 jul. 2018.
- FURTADO, Gabriela; RODER, Henrique; AGUILAR, Sergio L. C. *A guerra civil Síria, o Oriente Médio e o Sistema Internacional*. 2014. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/a-guerra-civil-siria.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2018.
- GARCÍA, Alejandro Menéndez. *Síria: Análisis de un Conflicto*. [S.l.: s.n.], 2015. não paginado.
- GOMES, Aline. *100 anos do Acordo Sykes-Picot*. Disponível em: <<http://personaleduca.com.br/blog/100-sykes-picot/>>. Acesso em: 05 jun. 2018.
- GRUPO ESCOLAR. *Tratado de Sèvres*. Disponível em: <<https://www.grupoescolar.com/pesquisa/tratado-de-sevres.html>>. Acesso em: 06 jun. 2018.
- HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. [S.l.]: Companhia Das Letras, 2006. 647 p.
- HROUB, Khaled. *Hamas: um guia para iniciantes*. Rio de Janeiro: Difel, 2008. 208 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mapa da Síria*. 2015. Disponível em: <<https://suburbanodigital.blogspot.com/2015/04/mapa-da-siria.html>>. Acesso em: 01 jun. 2018.
- JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. *Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 445 p.
- KISSINGER, Henry. *Ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 427 p.
- MARINHO, Henrique Jorge Medeiros. *O Estudo das Relações Internacionais: Teorias e Realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 2008. 254 p.
- MEARSHEIMER, John J. *A tragédia da política das grandes potências*. Lisboa: Gradiva, 2001. 518 p.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensões estratégicas dos Estados Unidos - Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2017. 713 p.

OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. *Oriente Médio: uma região de conflitos e tensões*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2012. 112 p.

PAUTASSO, Diego; ROCHA, Douglas de Quadros. *O conflito da Síria e o retorno da Rússia no Oriente Médio*. 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2017/05/Pautasso-Rocha-Russia-na-Siria.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PENA, Rodolfo Alves. Estreito de Bósforo. *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/estreito-bosforo.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

RAJA, Shashid Hussain. *Crises na Síria: Passado, presente e futuro*. [S.l.: s.n.], 2015. não paginado.

RICCI, Carla. *Primavera Árabe na Síria: a correlação de forças na evolução das revoltas populares à guerra civil*. 2016. Disponível em: <<http://seer.unipampa.edu.br/index.php/GAE-OMAM/article/view/23043>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

SANDRONI, Paulo (Org.). *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 2001. 649 p.

SANTOS, Sofia José. *À lupa: A Guerra na Síria*. 2014. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_%C0%20lupa-Guerra%20na%20S%EDria.SofiaJoseSantos.RedeAngola.Fevereiro2014.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

SOARES, João Victor Scomparim et al. *A questão curda*. 2017. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/a-questao-curda.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

VISENTINI, Paulo. *O grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 318 p.

ZAHREDDINE, Danny. *A crise na Síria (2011-2013): Uma análise multifatorial*. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/43387/27333>>. Acesso em: 02 mai. 2018.